



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)Igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

## UM DOS POSSÍVEIS CHÃO DA EDUCAÇÃO SOCIAL: A RUA

Jacyara Silva de Paiva  
Universidade Federal do Espírito Santo  
jacyara@superig.com.br

### Ruas

Por que ruas tão largas  
Por que ruas tão retas?  
Meu passo torto  
foi regulado pelos becos tortos  
De onde venho.  
Não sei andar na vastidão simétrica  
Implacável  
Cidade grande é isso?  
Cidades são paisagens sinuosas  
De esconde esconde  
Em que as casas aparecem-desaparecem  
quando bem entendem  
e todo mundo acha normal.  
Aqui tudo é exposto  
evidente  
cintilante. Aqui  
obrigam-me a nascer de novo, desarmado.  
(Carlos Drummond de Andrade)

A Educação Social possui vários campos práticos, inúmeras são as vivências do Educador Social, temos Educador social nos hospitais, no campo, trabalhando com meio ambiente, em abrigos, asilos, em prisões, na escola e também nas ruas, a diversidade de contextos educativos sociais desafia a cada dia o grupo de Pesquisa de Pedagogia Social no Brasil que tem trabalhado no sentido de produzir ciência através da Pedagogia Social. Nesse contexto proponho ao estudo das ruas o lugar do amparo coletivo. Como entende Espinheira que

[...] a rua sempre é coletiva. Nela, não há lugar para o privado. Na rua entretanto podem-se viver múltiplas identidades simultâneas, pode-se ser até simulacro. Nela se foge das “tirânicas da intimidade” que fomulam, modelam, violentam. A rua é um amparo coletivo, o lugar dos desamparados (ESPINHEIRA, 1996).

Apesar de ser um espaço público, a sociedade insiste em privatizar as ruas, quando não permite que esta seja um espaço de todos, a miséria, o abandono são paisagens não aceitas pela sociedade. Para Crianças e Adolescentes que moram nas ruas essa, apesar



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

de toda violência a rua se estabelece como uma alternativa nem sempre pior que suas casas.

A criminalidade faz parte do cotidiano das Crianças e Adolescentes que moram nas ruas, bem como dos educadores sociais que trabalham nesse espaço, a imagem de ingenuidade, de inocência, de criança e adolescente, nas ruas desaparece para ser substituída pelo rotulo de marginal, nas ruas ora são oprimidos quando são perseguidos, linchados, mortos, ora são opressores quando cometem seus delitos.

A vida na rua, sua sobrevivência e resiliência requer agressividade, este seria um impulso essencial para quem vive nas ruas em constante estado de alerta em um cotidiano onde a violência é presença constante.

Nesse cotidiano está posta a Educação Social de Rua, com uma outra pedagogia possível, a presença da Educação Social de Rua por si só já é uma intervenção na realidade, já é o início de um diálogo que deverá manter-se durante todo processo educativo nas ruas.

Várias vezes entrei em lugares horríveis, um deles debaixo da ponte seca em Vitória, nem a polícia entrava ali, mas a ansiedade de ir até ao adolescente era tanta que a segurança deixava de ser prioridade e eu ia ao local, depois que realizava o trabalho e eu parava, eu tremia só em pensar que havia entrado ali, mas na hora a segurança deixa de ser prioridade, deveria, não estou dizendo que estou certa, mas a coisa é quase que intuitiva, loucuras que educador social de rua termina por fazer (V3, VITÓRIA).

Não há dúvida: tenho uma ligação visceral com a rua, com esse não lugar (des)encantado, (contra)ditório, que por vezes faz com que esqueçamos os perigos que ela nos impõe. Enquanto a casa no imaginário social é o abrigo, o santuário é o lugar da família, do cidadão, a rua é vista pela sociedade como lugar onde tudo é disperso, o lugar do não lugar, o espaço perverso onde se deve ter cuidados, para o educador social a rua é um espaço gerador de epistemologia distinta, fomentadora de metodologias, formas de conhecimento, mediação com a realidade, o aqui-agora, o espaço do educando e do educador é uma das potências sentidas nas ruas.

Quando comecei a trabalhar na rua como educadora minha visão da rua mudou, antes a rua para mim era vista apenas como um lugar de passagem,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

um lugar até hostil, porque tranquilo é a minha casa, não imaginava nunca a rua como espaço educativo, e não falo só da questão da educação social de rua, dê uma olhada nas feiras livres, nos guardas de trânsito, as pessoas que pedem informações, as placas de propaganda, tudo isso faz da rua um espaço educativo sim, será que estou variando? [risos] (V1, VITÓRIA).

A Pedagogia Social possui diferentes perspectivas, lugares onde pode ser pensada, repensada e refletida [...] Nós escolhemos as ruas como um espaço de onde podemos pensar a Pedagogia Social e suas práticas educativas produtoras de conhecimento.

As ruas enquanto espaço educativo não se constituem como um espaço novo apesar de ser extremamente mutável e urgente, na minha dissertação de mestrado (PAIVA, 2006) trago um resgate social e histórico das crianças e adolescentes a quem chamo “filhos de ninguém”, pois no início nem mesmo o Estado as queria. Agora no sentido de localizar o leitor, elaboro uma síntese do resgate histórico feito em 2006, sua pertinência nesse texto ocorre para que o leitor possa ter clareza do espaço educativo que vai sendo processualmente construído ao longo da história, que dá sentido ao presente através do resgate do passado e do sonho do futuro, e como os Educadores Sociais têm atuado nesse espaço no sentido da sócio-historicidade.

“Fazer história é estar presente nela e não simplesmente nela estar representado” (FREIRE 1987, p. 40), não há dúvida de que enquanto cidadãos, enquanto educadores sociais estamos presente na história das crianças abandonadas no Brasil, estamos misturados neste contexto histórico com pensamento sempre voltado a emancipação desses nossos educandos.

A história das crianças abandonadas no Brasil começa por volta de 1550, pouco depois da colonização, quando chegaram os primeiros órfãos vindos de Portugal que eram denominadas pelos juízes como desvalidas, nome que quer dizer desprotegido e sem valor (LEITE, 2001), hoje não seria politicamente correto o dizer que nossas crianças e adolescentes que se encontram em situação de abandono são “desvalidas” ou sem “valor”, no entanto podemos sentir que o tratamento social das mesmas está inserido em um contexto onde não se fala mais se trata as crianças e adolescentes em situação de rua



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

como desvalidas e sem valor. A sociedade muitas vezes não as vê como crianças e adolescentes e sim como ameaças sociais.

Em 1738, segundo Leite (2001), a imprensa já noticiava o aumento significativo do número de crianças abandonadas pelas ruas, nesse momento acontece a criação da Roda dos Expostos, ou da Casa da Roda como era conhecida. Em 1739, foi criado o primeiro internato para receber meninas de 8 aos 12 anos, onde podiam permanecer até 25 anos, o objetivo era manter essas meninas reclusas, longe dos perigos da rua, assim, o governo começa a assumir seus filhos “desvalidos” (PAIVA, 2006, p. 32). Assumir não no sentido de tomar para si a responsabilidade de garantir os direitos dessas crianças e protegê-las de fato do perigo, mas sim assumi-las para proteger a sociedade dos possíveis males que estas causavam nas ruas.

Em 1876, Manuel Francisco Correia assim os definiu: “órfãos ou abandonados pelos pais indigentes e entregues à sua própria sorte, propensos a formar um núcleo de criminosos. Por isso, a necessidade de ocupar-se deles, evitando que se tornem elementos de desordem e perturbação social, mas que sejam operários do progresso nacional”, a partir daí começou a se pensar de forma mais elaborada sobre dos “Meninos de Rua”. Elaborada mas não no sentido de acreditar na potencialidade dessa criança e adolescente, o principal objetivo era evitar a desordem e perturbação social, objetivo esse que mesmo nos dias de hoje, mesmo com um Estatuto da Criança e Adolescente mais avançado do mundo, ele ainda continua sendo forte em vários setores da sociedade.

No período de 1870 havia duas alternativas para os adolescentes que estavam nas ruas: ou ingressavam na Escola de Aprendizes de Marinheiro criada em 1873, ou eram entregues a artesãos e artífices de renome para aprender uma profissão. No entanto, o número de crianças nas ruas continuava a crescer, o que fez com que surgissem outras instituições governamentais para o atendimento a essa população, quase todas trabalhando com métodos repressivos de correção (LEITE, 2001). A constatação de que essas crianças não eram vistas como crianças é que as políticas públicas destinadas as mesmas eram sempre relacionadas ao trabalho como prioridade, nunca laser,



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

brincadeiras, estudos como é a prioridade de uma criança ou adolescente que possuem uma família, a essas crianças e adolescentes abandonados a alternativa era a de se aprender um ofício.

Em 1898 foi inaugurada a Escola XV de Novembro, considerada uma inovação da República, tornou-se um modelo na área de educação e assistência social públicas. Foi a primeira totalmente administrada pelo Estado, destinada aos desvalidos, eram internatos prisões, ali o jovem entrava para aprender a ser “dócil e bom”. Apesar do avanço, da inovação, a nova política pública ainda não considerava a criança e adolescente em situação de abandono como um ser com valores, a criança e adolescente era levada a internato prisões sem ao menos ter cometido delitos, e ali aprenderia a ser “dócil e bom”, ali passaria a ter o Governo como pai.

Segundo Leite (2001) ao longo dos seus mais de cem anos a Escola XV de Novembro teve diferentes objetivos, definidos de acordo com cada época: corrigir condutas irregulares, precaver a sociedade contra “viciosos e vadios”, instruir e escolarizar seus alunos internos, sem se descuidar com a aprendizagem de ofícios. Os anos passam e o objetivos em relação a criança e adolescente em situação de abandono continuam os mesmos, proteção da sociedade e trabalho subalterno.

Em 1900, a ideologia a “cura pelo trabalho” começa a ser difundida, o trabalho seria o grande motor do progresso nacional. Segundo Vargas a salvação nacional viria pelo trabalho, inclusive juvenil. Em 1940 é criado o Serviço de Assistência aos Menores (SAM), que não consegue cumprir seus objetivos e passou a ser conhecido como internato dos horrores. As crianças e Adolescentes em situação de abandono, sentiam a crueldade, a perversidade do pai (Governo) que supostamente as acolhia.

O Ano de 1978 foi instituído como ano internacional da criança e a partir daí a história da criança do Brasil passa a ser pesquisada. Com isso foram criadas as associações e a sociedade civil começou a se articular em defesa das crianças e adolescentes, o que culminou no surgimento do Estatuto da Criança e do Adolescente, criado oficialmente em 1990 (PAIVA, 2006) Esse é um momento histórico de extrema importância para as



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

crianças e adolescentes em situação de rua, pois esse é um dos raros momentos em que alguns setores da sociedade começam a ter um novo olhar em relação a essa criança e adolescente, um olhar voltado para proteção delas e não da sociedade, um olhar que percebe os valores que essas crianças possuem, sua resistência e resiliência, seu ser criança e adolescente em situação de rua.

Mesmo com essa importante virada histórica, ainda se tinha muito caminho a ser percorrido, após vinte anos de denúncias, o SAM é substituído pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), apesar da mudança do nome as práticas continuaram as mesmas, práticas repressivas embasadas pela Política de segurança Nacional da Ditadura Militar. Assim, no contexto da política do medo e da repressão, pautada na idéia de ameaça do comunismo e de que a sociedade deveria ser controlada nos seus espaços, pois existia um inimigo interno, também as crianças e adolescentes pobres, “os menores infratores”, os “menores desvalidos”, “menores abandonados”, a FUNABEM assim, não se faz eficaz nos seus propósitos originários e reiterou nas suas práticas o caráter de políticas anteriores destinadas a menores (XAVIER 2008). Ai percebemos um lamentável retrocesso em relação ao avanço de 1978, novamente as crianças e adolescentes em situação de abandono são mais uma vez castigadas, talvez por terem nascido pobres, ou terem nascido pobre onde a pobreza é considerada uma ameaça social.

Em 1980, 64% das crianças e adolescentes com idade inferior a 19 anos compunham a população urbana. Das 27 milhões e 690 mil famílias, 48% caracterizavam-se por ter como chefe uma pessoa com rendimento mensal inferior a 2 salários mínimos, além de abrigar 51,2% das crianças e adolescentes menores de 19 anos. Se a esse dado fossem acrescentados os sem-rendimentos poderia ser considerada a existência de 32 milhões de crianças e adolescentes atingidos pela carência sócio-econômica na década de 1980 (RIZZINI, 1995). É notório que esses dados alarmantes de situação de pobreza iria ter desfecho nas ruas, a acolhedora rua das crianças e adolescentes que não possuem o direito de ser verdadeiramente crianças e adolescentes.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Mas como o cotidiano é paradoxal, ao mesmo tempo que possui desgraças possui belezas, diante desse contexto assustador surgem grupos e instituições voltados à área da criança e adolescência no início dos anos 1980, grupos esses que talvez sejam resultado do movimento histórico de 1970 em relação a criança e adolescente, esses grupos formam um movimento em torno desse contexto assustador que envolve a criança e o adolescente empobrecido. A ineficácia do Estado em lidar com essa questão, a abertura política, a crise do regime militar, possibilitou aos movimentos sociais sua saída da clandestinidade, a luta em defesa das crianças e adolescentes em situação de rua, nesse instante histórico percebemos que uma parcela significativa da população inicia sua luta política por essas crianças e adolescentes.

Engajada na luta pelos direitos das crianças e adolescentes, a sociedade por meio dos movimentos sociais participou ativamente na construção do Estatuto da Criança e Adolescente no Brasil, esse é um período histórico que ao meu ver é áureo na história da criança e adolescente em situação de abandono no Brasil, tanto é que nesse período é elaborado um dos estatutos relacionado a criança e adolescente mais avançados do mundo, que contou inclusive com a participação das crianças de rua, um Estatuto que é tecido por vários atores sociais em um momento de grandes transformações históricas no Brasil e no mundo.

Em 1982, a sociedade começa a discutir políticas públicas relativas às crianças, adolescentes e jovens envolvendo os mais diversos segmentos sociais. Foi exatamente a partir dessas discussões envolvendo inclusive a participação ativa de crianças e adolescentes, que nasceu o primeiro texto do Estatuto da Criança e do Adolescente, a lei foi sancionada por meio da luta intensa da sociedade civil organizada. As crianças participaram dessa luta por meio do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de rua, que foi fundado em 1985, fazendo inclusive uma votação simbólica do Estatuto, quando fizeram várias denúncias: “gostaríamos que os senhores tivessem consciência que menino de rua não é marginal, é marginalizado. Nós não queremos ser violentados, espancados viver sem proteção ou atendimento médico” (Edvaldo Marinho 15 anos, Paraíba) (O Globo, 29/09/1989)



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

O Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua com sede em Brasília é uma organização governamental de cunho nacional e tem representações em 24 estados e no Distrito Federal. Nasceu da luta democrática de militantes, profissionais e de programas de atendimento a crianças e adolescentes contra o autoritarismo. Teve um importante papel no processo de elaboração e aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, na mobilização dessas crianças e adolescentes e atua até nos dias de hoje em sua defesa.

A aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, a promulgação da Constituição Federal em 1988 faz o Brasil viver um momento de estreitamento da relação sociedade cível e Estado, por meio da participação- garantida e prevista em lei – da sociedade cível na fiscalização, execução e proposição de políticas públicas em uma conjuntura onde o Estado é entendido como promotor de direitos. Assim inaugura-se todo um instrumental novo de participação: conselhos de direitos, fóruns, em nível municipal e estadual, além da criação de conselhos tutelares como órgãos de fiscalização, nas comunidades, do cumprimento e respeito aos direitos de crianças e adolescentes. Subsidiou a criação de instâncias específicas e políticas que compuseram o Sistema de Garantias, como *Juizados* especializados da infância e juventude, delegacia de proteção da criança e adolescente dentre outros (XAVIER, 2008).

Essa atuação política e pedagógica vai até meados de 1990, quando devido ao avanço dos processos políticos-econômicos do Consenso de Washington para os países em desenvolvimento, os movimentos sociais se retraem (OLIVEIRA, 2004, p. 125) o que para o Brasil e para o mundo representa uma perda imensa, pois até hoje podemos sentir o vazio social que esse retrocesso causou. A partir daí ocorre uma transformação da Educação Social. O Estado aparentemente assume a tarefa, só que em outras bases, o objetivo principal agora é o recolhimento e depósito das crianças em situação de risco (rua, abandono) em instituições reformatórias como a antiga FEBEM, hoje com novo rótulo, termina então o tempo de movimento de base da Educação Social de Rua, em que cada menino ou menina era visto como uma criança sujeito de direitos. A partir daí, passa-se a criminalizar o comportamento da criança e do adolescente das classes pauperizadas. O próprio campo de trabalho onde existia formação continuada e trocas de informações entre os vários programas brasileiros ficou comprometido. Acabava



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

então uma importante fase da Educação Social de Rua. Contudo não se acabava as ações de Educação Social promovidas por movimentos populares e ONGS, que resistiam e ainda resistem às cooptações governamentais.

Diante de um novo momento e movimento processual da Educação Social o número de crianças e adolescentes em situação de rua, continuava a crescer, e o Estado não oferecia a eles o acesso aos bens sociais como educação escolar, cuidados da saúde, habitação, lazer, segurança - muitos foram mortos por representantes do próprio Estado na função do bem estar social -, erradicação da pobreza e marginalização, na extinção ou minimização da desigualdade social, todos direitos elencados em nossa Constituição em seu artigo art. 5º.

Nos anos 1990 a sociedade se torna testemunha das violações dos direitos das crianças e adolescentes e as políticas de enfrentamento, se por um lado houve a conquista de vários direitos através da luta da sociedade civil organizada, por outro participávamos do processo de aprofundamento das relações neoliberais iniciado pelo então presidente Fernando Collor de Melo. Posteriormente o governo de Fernando Henrique Cardoso deu novo impulso ao reformismo liberal elegendo como principal meta a diminuição da participação do Estado nas atividades econômicas.

No que diz respeito aos movimentos sociais, a partir da década de 1990, muitos se institucionalizaram, outros se transformaram em ONGS, mudando a sua dinâmica interna e sua relação com o Estado e a sociedade. Como espaços de participação foram inaugurados os Conselhos a partir da Constituição Federal de 1988. O cenário das lutas sociais dos anos 1990 no Brasil foi redefinido, uma vez que uma série de acontecimentos internos e externos influenciaram a mobilização e a participação cotidiana desses movimentos (GHON, 2002).

A relação movimento social/Estado também se altera. Até os anos 1980 essa relação é direta com o apoio das ONGS, nos anos 90 essa relação é intermediada pelas ONGS, ou seja, ocorre o que se chama de “terceirização dos movimentos sociais” (MONTANO, 2005).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Os movimentos de defesa hoje que deveriam reagir á omissão do Estado, sendo seus principais críticos os atores e militantes agora inseridos nas políticas e projetos, percebem-se necessitados dos recursos humanos e financeiros desse mesmo Estado para manterem funcionando seus projetos e trabalhos, tendo que, de alguma forma, manter sintonia com a gestão que está no poder municipal, estadual ou federal (XAVIER, 2008).

Com todo esse caminhar em meio a tantas mudanças, inversão de valores, a situação efetiva das crianças e adolescentes em situação de rua no Brasil parece mudar muito pouco, o problema social da infância pobre brasileira insiste e persiste num país de políticas públicas não efetivas na vida dessas crianças e adolescentes, quando se pensa em políticas públicas em relação a criança e adolescente em situação de abandono ainda pensa-se em proteção da sociedade. As inovações que aconteceram na história não conseguiram resolver a questão primeira, no que se refere a essas crianças e adolescentes, que seria torná-los sujeitos de direito, apesar de não podermos negar os grandes saltos dados em relação as mesmas.

Em meio a história das crianças e adolescentes em situação de abando, em meio aos avanços e retrocessos em 2010 comemoramos no Brasil, os 20 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente, o estatuto nasceu como um instrumento de transformação da realidade brasileira, a sociedade brasileira se organizou para criar o Estatuto e esperava que esse de forma processual fosse colocado a serviço da transformação social , afinal era esse o desejo da lei, o desejo abraçado pelos educadores sociais politicamente engajados, mas com todos esses avanços, hoje em 2010 ainda temos grupos tido como conservadores que ainda consideram a promulgação do estatuto como uma concessão perigosa e lutam até hoje para modificá-lo, fato visto como um retrocesso por aqueles que militam na área da criança e do adolescente.

O discurso de que “lugar de criança é na escola” tornou-se a “grande frase” politicamente correta dita por todos, principalmente após o Estatuto da Criança e do Adolescente. Segundo Diniz (2000), a partir daí ocorre o cerceamento da família de forma a devolvê-la o problema da criança e do adolescente de rua, sem haver um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

enfrentamento real das questões político-sociais, que envolvem a situação de rua em crianças e adolescentes. Na maioria das vezes, as políticas públicas são pensadas por burocratas que não conseguem perceber o que é o existir nas ruas. Órgãos como Conselho Tutelar, de direitos acabam por auxiliar o Estado nessa política de cerceamento, o que na verdade, segundo Diniz, esses órgãos deveriam cobrar do Estado políticas sociais para essas crianças e adolescentes. A sala de aula deve ser o parâmetro de mudança social, mas para isso a evasão escolar nos prova essa mudança social não se configura do desenvolvimento de um conhecimento sem aberturas, preso em grades curriculares, o educando não consegue compreender para que aprender, por isso deixa a escola muito precocemente. Freire nos diz:

Por que não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Porque não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por não discutir as implicações políticas ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade (FREIRE, 1999, p. 30).

As vezes o professor escolar está tão distante do cotidiano das crianças e adolescentes empobrecidos que não consegue discutir uma realidade por ele desconhecida e por ser um realidade muito dura e perversa muitas vezes por questão de proteção o educador escolar opta por não discuti-la, ocorrendo ai o que disse Paulo Freire em uma reunião informal com educadores de rua o pasmo pedagógico, onde se pergunta o que fazer, como proceder numa situação dessa que por vezes imobiliza.

A escola que tanto falam que as crianças e adolescentes empobrecidas ou em situação de rua deveriam estar existe? Ou já existiu historicamente? Ela estaria pronta para receber “os filhos da rua” com suas diferenças? Com suas demandas? Sem pretender normatizá-los? Ou os adolescentes e as crianças que estão nas ruas precisariam se adaptar a um espaço hoje repressor que se quer foi pensado para eles? Elas são destituídas de assistência do poder público, não o do assistencialismo filantrópico, dos favores do Estado, mas de políticas assistenciais sócio-educativas que parecem não existir no mundo das crianças e adolescentes que se encontram nas ruas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

No cenário de hoje temos as crianças e adolescentes nas ruas, andarilhando sem e com esperança, que sempre me deram um desassossego, indignação, por isso a Educação Social de Rua não confirma um não direito, ao contrário ela existe como processo de intersubjetividade e de encontro [humanidade], numa perspectiva claramente emancipadora. Os Educadores Sociais de Rua surgem na história com a alternativa de uma outra pedagogia, invisibilizados, mas sempre assumindo a luta pela construção de alternativas possíveis e emancipadoras, transforma(dor)as para as crianças e adolescentes que se encontram em situação de rua privadas de seus direitos constitucionais.

Educadores Sociais de Rua que acreditam nas ruas como mais uma possibilidade de espaço educacional possível lutam pela reinvenção de uma escola que acolha essas crianças e adolescentes que têm seu direito a educação negado, pois a escola não foi construída pensando nas crianças mais empobrecidas [se você encontrar uma pesquisa apontando isso seria legal]. Os Educadores Sociais lutam pela cidadania, pela democracia, pela emancipação desses seres humanos por meio do respeito e do diálogo, da alteridade vivida e sentida. Assim é pertinente ressaltar que nem todos que atuam nas ruas com crianças e adolescentes necessariamente não são Educadores Sociais de Rua, os Educadores Sociais pensados pela Pedagogia Social, nestes há desejo de emancipação, desejo de suscitar desejos nos educandos, há comprometimento social e político.

Não dá para ficar ensinando essas crianças a ler e escrever aqui no meio da rua, não é certo, não é justo, tem de ter escola para elas, escola onde elas se sintam acolhidas, onde elas queiram ficar, é direito dessas crianças e acho que nós educadores temos sim de brigar por isso (V3, VITÓRIA).

Nesse contexto, histórico, social, cultural, percebo a necessidade de um articular dos princípios básicos da Pedagogia Social com a Pedagogia Escolar, uma imbricação dessas duas maneiras de fazer pedagogia resultaria na construção de um conhecimento significativo que possibilitaria uma prática a favor da transformação social e da emancipação daqueles que hoje são considerados os não cidadãos de nossa sociedade. É necessário que o preconceito em relação a educação social por parte da escola seja quebrado, a educação social não é uma área da assistência social, tão pouco é praticada por todos os professores no cotidiano escolar, ela existe de forma específica e vem se



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

constituindo a cada dia com um embasamento teórico que tem possibilitado indicadores importantes dentre eles a possibilidade destas duas formas de fazer pedagogia produzir juntas novos conhecimentos significativos e eficazes.

O Educador Social de Rua está sempre em busca de alternativas, de brechas, e é nessa busca de alternativas que Diniz (2000) nos diz que o educador deve se precaver para que a relação com o educando tenha um caráter pedagógico, ou seja, ela deve ser construída com o educando e não sobre o educando, provocando em seu dizer uma “forçosa socialização”. Segundo Diniz ao cair no desejo de normatização ocorre a perda da tão necessária comparsaria pedagógica.

Em meio a todo esse contexto se faz importante ressaltar que nem todos os projetos sociais, nem todas as atividades desenvolvidas com as crianças nas ruas, constituem-se Educação Social ou estão fincados na Pedagogia Social; para que isso aconteça, o educador e os poderes constituídos precisam ter intencionalidades, consciência de que a educação é um ato político e isso não se negocia e que o diálogo é essencial em sua prática, é ouvir o outro, mergulhando no mundo-da-vida, considerando-o sujeito válido, sujeito de direito.

É nesse sentido também que, tanto no caso do processo educativo como no ato político, uma das questões fundamentais seja a clareza em torno de a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que, fazemos educação e de a favor de quem e do que, portanto contra quem e contra o que, desenvolvemos a atividade política. Quanto mais ganhamos esta clareza através da prática, tanto mais percebemos a impossibilidade de separar o inseparável: a educação da política. (FREIRE, 1987, p. 27).

Na rua, neste “não lugar”, tive minha primeira e mais profunda experiência como profissional, tornei-me uma educadora nômade, talvez tenha aprendido esse nomadismo com os próprios educandos, tudo que vem da rua me instiga e (co)move: coisas de rua! Brincadeiras de rua, gente da rua! Festas de rua, paradas cívicas, procissões, a funcionalidade da rua que como lugar de compras, de trabalho, de serviço, enfim a rua é dinâmica. A rua é o meu espaço pedagógico, ainda que não legitimizada pelo direito. Um espaço pedagógico possível, que por ser um não lugar não o é para as crianças e adolescentes que nela vivem, nem como espaço público, tão pouco privado



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

A rua é um local cheio de estigmas, rótulos depreciativos. “Vagabundo” é o que vaga pelas ruas, lugar do aban(dono), lugar desprovido de todo valor, território de ninguém, lugar onde moram os perigos, os que não pertencem a lugar nenhum, lugar do não lugar, essa é a rua legitimada socialmente.

E por ser assim legitimada, tudo que faz parte dela fica do lado de fora dos altos muros de nossas escolas, “o templo sagrado da educação”, onde acredita-se que nossas crianças entram para serem educadas esquecendo que a educação é uma atividade mais ampla, que prepara para vida que ocorre na família, na rua, na igreja, no trabalho, na escola e em todos os espaços sociais (GRACIANNI, 2009).

Apesar da sociedade legitimar a rua de forma apenas negativa, sou testemunha de uma “outra rua”, que é também refugio, onde os invisíveis das favelas tornam-se visíveis nos bairros nobres e desenvolvem como ninguém resistências. Sua resiliência constitui um mecanismo de sobrevivência, mas que, contudo, não podemos reconhecê-lo como moradia para nossas crianças e adolescentes. “Eu não posso voltar para casa, o macho da minha mãe já disse que é para eu nem aparecer por lá, um dia pequei uma garrafa, quebrei e parti para cima dele, queria me bater, ele não é meu pai, cachaceiro safado, mas minha mãe gosta dele, prefere ficar com ele, então eu prefiro ficar aqui” (M. 14 anos morador de rua de Coqueiral de Itaparica) (Paiva 2006).

Como educadores sociais, que necessitamos mergulhar nas histórias de vidas dessas crianças e adolescentes, sentimos todo o paradoxo desse espaço educativo chamado rua, lugar de perigo que se transforma em lugar de segurança, lugar de fome que se transforma na única alternativa possível de sobrevivência. Em situação de pobreza, afirmamos que o antagonismo existente entre a casa e a rua não é verdadeiro, na casa dos vitimados, dos oprimidos, não há um universo íntimo, um porto seguro, assim como a rua, lugar de todo desespero, muitas vezes se transforma na única esperança.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

Apesar de teoricamente a rua ser um lugar público, toda criança e adolescente nessa situação, bem como o Educador Social de Rua, sabe que ela é um lugar marcado pela territorialidade, que muitas vezes acaba contribuindo para definição enquanto grupo, enquanto protegido.

Aqui todo mundo é irmão, é tia [...] Mexeu com um tem de mexer com todo mundo. Esses dias a gente pegou um 'playboyzinho' na praia, juntou toda 'galera' nele, porque ele queimou o pé de Cachorrão [apelido de um menino] quando ele estava dormindo [...] Na maior covardia [F. 13 anos de idade] (PAIVA, 2006).

Diante de um retrato de meninos e meninas sobreviventes, a sociedade sempre foi historicamente intolerante com os grupos que vagam pelas ruas, que se encontram geralmente nos sinais ou em áreas nobres das grandes metrópoles, mal vestidos, mal cheirosos que assediam, furtam, e quase sempre de maneira ágil conseguem livrar-se dos que os perseguem, desaparecendo nas rugas, nos labirintos das ruas movimentadas. A reação popular é agressiva, a tensão explode a cada caso e se são alcançados, de uma maneira geral, são xingados, espancados e culpa-se o Estatuto da Criança e do Adolescente. Trombadinha, pivete, menor, são designações que substituíram o ser criança e adolescente, como se eles não os fossem.

Nesse quadro não muito otimista temos as drogas, hoje o crack, que manifesta de forma extremamente destruidora, que possuem uma função significativa: ora serve para “enganar” a fome, a dor, a inexistência de ser, ora encorajam para luta, a criminalidade, ajudam a transgredir. As drogas sempre estiveram presentes nas vidas das crianças e, atualmente, vem preocupando ainda mais os educadores. O uso do crack<sup>1</sup>, por crianças muito pequenas, deterioram de maneira assustadora seus usuários, levando-os a morte em pouco tempo, dificultando qualquer tipo de vínculo, essa é uma situação que desafia a Educação Social de Rua hoje, porque o educando está diferente, a droga pesada tem mudado seu comportamento.

Nossa Constituição Federal é clara em seu artigo 7, no qual se consagram além de direitos políticos, os direitos sociais, que todos os cidadãos brasileiros tem, independentemente de sua classe social. Nesses, estão desde o direito ao emprego,

---

<sup>1</sup> Substância entorpecente ilícita.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II

Campus de Ondina

passando pela saúde, lazer, atendimento pelo setor público, mas não são garantidos aos que fazem das ruas seu lugar de morada. Nas ruas crianças na tenra idade fazem uso de drogas pesadas e ninguém se importa desde que essas não sejam agressivas e que de preferência fiquem longe dos olhos daqueles que passam.

Vagam nômades, com seu capital social possível constituído de seus códigos, valores, estéticas e éticas próprias de seu grupo; como andarilhos que quase sempre não conseguem ver belezas no cotidiano que os absorve, a sociedade vê, com bons olhos, crianças e adolescentes em situação de aban(dono), que são assim consideradas refugio humano<sup>2</sup> e precisam ser recolhidas com o sem sua permissão. O estigma de lixo humano, de marginal marca como se fosse uma tatuagem mal feita e dolorosa na alma dessas crianças e adolescentes. E assim é escrita a história das crianças e adolescentes em situação de abandono no Brasil, uma história marcada pelo descaso, mas também marcada por lutas dos que aprenderam a olhar essas crianças como crianças como parte importante da história brasileira.

#### BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. BRASIL, Constituição (1988). **Constituição da Republica Federativa do Brasil**, Brasília: Senado federal, 1988.
2. BRASIL, Lei nº. 8.060 de 13 de julho de 1990. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília. 1990.
3. GRACIANI, Maria Stela S. **Pedagogia Social de Rua**. 3 ed. Editora Cortez. São Paulo. 1999. (GRACIANI, 1999)
4. RIZZINI, Irene. **Deserdados da sociedade: Os “meninos de rua” da América Latina**. Rio de Janeiro: USU ed. Universitária, 1995.
5. PAIVA, Jacyara Silva de. **Educação de Rua: (Im)Possibilidades de Inclusão**. Disponível em: <<http://www.psicopedagogia.com.br/opiniaopiniaopinia.asp?entrID=396>> acessado em 26 de agosto de 2006.
6. ESPINHEIRA. Carlos Geraldo D’Andrea. **A casa e a rua**. Campinas. São Paulo: Papirus, 1996.
7. Freire, Paulo **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. 18. ed. São Paulo: Cortez, 1987.

---

<sup>2</sup> O sociólogo polonês chamado Zygmunt Bauman que tem se dedicado ao estudo das vicissitudes da modernidade e da pós-modernidade. Em um livro intitulado *Vidas desperdiçadas*, Bauman (2005) problematiza a condição de seres humanos que, literalmente, sobram no mundo contemporâneo. Apresenta, então, o conceito de “refugio humano” para se referir a essas pessoas.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais

Diversidades e (Des)igualdades

Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.

Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

8. GRACIANI, Maria Stela Santos. **Pedagogia social de rua**: análise e sistematização de uma experiência vivida. 3. ed. São Paulo: Cortez/Instituto Paulo Freire, 1999.
9. LEITE. **Meninos de rua**: a infância excluída no Brasil. São Paulo: Atual, 2001
10. MACHADO, Evelcy Monteiro. **Pedagogia e a pedagogia social**: educação não formal. 2002. Universidade Federal do Paraná.
11. GHON, MARIA DA GLÓRIA. Teorias dos Movimentos sociais: Paradigmas clássicos e contemporâneos. SP. Edições Loyola. Ed 5,2006.
12. MONTANO, C. TERCEIRO SETOR E QUESTÃO SOCIAL: CRITICA AO PADRÃO EMERGENTE DE INTERVENÇÃO SOCIAL. CORTEZ. SÃO PAULO, 2005.
13. XAVIER ARACELY. AS AÇÕES, LUTAS, ESTRATÉGIAS E DESAFIOS DO MOVIMENTO DE DEFESA DOS DIREITOS DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES NO ESPIRITO SANTO. DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM POLITICA SOCIAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPIRITO SANTO. VITÓRIA 2008
14. DINIZ, NILSON FERNANDES. Pedagogia de Rua: reflexões sobre uma nova prática. Campinas: Revista de Psicologia Social e Institucional da Universidade Estadual de Londrina. 2000.